

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v17i33.19772>

## TERRITORIALIZAÇÃO DOS SERTÕES DA BAHIA – NOVAS VILAS E TERRITÓRIOS NO SÉCULO XIX

**Zezito Rodrigues da Silva**

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF

[zezitor@hotmail.com](mailto:zezitor@hotmail.com)

### Resumo

O século XIX foi marcado por reconfigurações no secular Império português decorrentes da expansão do Império napoleônico. A Coroa portuguesa decidiu transferir a sede desse império para a América – um de seus principais territórios, de onde provinha as maiores fontes de renda, na ocasião. Este estudo visa elucidar os eventos que provocaram o avanço sobre as fronteiras internas da América portuguesa, especialmente em seus sertões, com a dinamização do comércio interno colonial, e a constituição de novas vilas e, conseqüentemente, novos territórios. No Alto sertão da Bahia, o desenvolvimento da economia algodoeira e suas subsidiárias, influenciou o aumento da produção e circulação de riquezas, o advento de novas categorias econômicas que, aos poucos, passou a constituir uma comunidade política que demandava por novos núcleos de poder. Com isso, as vilas surgidas no século XIX traduziram as transformações econômicas dos sertões da Bahia, a partir de uma maior dinamização das trocas mercantis, promovendo a (re) territorialização desses sertões.

**Palavras-chave:** Sertões da Bahia. Territorialização. Século XIX.

## TERRITORIALIZATION OF THE SERTÕES DA BAHIA – NEW VILLAGES AND TERRITORIES IN THE 19TH CENTURY

### Abstract

The 19th century was marked by reconfigurations in the secular Portuguese Empire. As a result of the expansion of the Napoleonic Empire, the Portuguese Crown decided to transfer the seat of this empire to America – one of its main territories, where the largest sources of income came from at the time. This event provoked the advance on the internal borders of Portuguese America, especially in its sertões, with the dynamization of the colonial internal trade, and the constitution of new villages and, consequently, new territories. In the Alto sertão of Bahia, the development of the cotton economy and its subsidiaries, influenced the increase in the production and circulation of wealth, the advent of new economic categories that, little by little, began to constitute a political community that demanded new centers of power. With this, the villages that emerged in the 19th century translated the economic transformations of the sertões of Bahia, from a greater dynamization of economic exchanges, promoting the reterritorialization of these sertões.

**Keywords:** Bahia's Sertões. Territorialization. XIX century.

## Introdução

Os estudos que tratam da categoria sertões como referência espacial consideram que esse conceito propõe uma complexidade semântica e alguma imprecisão conceitual, dado que a sua utilização carrega a dinâmica dos tempos históricos a ele associada (Vainfas, 2019)<sup>1</sup>. Sua natureza diversa esteve associada, inicialmente, enquanto território de conquista, habitado pelos indígenas resistentes à dominação imposta pela sociedade portuguesa na América ou com extensões desabitadas, servindo como espaço de trânsito para tribos indígenas que por aí transitavam (Abreu, 1989).

Foi considerado ainda espaço de fuga dos “facinorosos”<sup>2</sup> transgressores da ordem social da conquista, ou onde se alojavam os redutos de negros fugidos – os quilombos ou mocambos – que tanto assombro e ameaça provocou nas populações que deles se avizinhavam. Ali também se instalaram os régulos, potentados localizados distantes dos principais centros de poder, que eram senhores quase absolutos das terras e pessoas que deles dependiam.

Desse contorno apresentado, os sertões adquirem uma referência relacional que os coloca em oposição às vilas localizadas, em geral, no litoral da América portuguesa, dotada dos equipamentos de controle locais e dos poderes régios. Ao serem, aos poucos, ocupados e controlados pelas instâncias do Império português, os sertões adquirem novas funcionalidades e, portanto, novos contornos semânticos.

Antônio Carlos Robert Moraes em *Sertão – um outro geográfico*, enfoca a ideia de que o conceito “sertão” não se refere a nenhuma categoria espacial como as demais tratadas pela ciência geográfica, tais como região, espaço, território, lugar, paisagem. Não são as condições físicas ou naturais propriamente que determinam ou qualificam o sertão. Muito menos seria o resultado das transformações humanas que operam sobre o espaço. Não existiria também uma individualidade ou objetividade específica nesta categoria. Para Moraes (2003), “a ideia de sertão possui, portanto, um *status* teórico distinto das noções mais usuais de ‘habitat’, ‘ambiente’, ‘região’, ou ‘território’, não se confundindo com elas”.

---

<sup>1</sup> Ronaldo Vainfas faz uma importante revisão do conceito à luz da historiografia brasileira, sinalizando não apenas para a polissemia que o conceito de sertão adquire em conjunturas históricas diferentes, mas apontando as várias semânticas adotadas em sua utilização. Ver: VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n. 19, p. 225-245, 2019.

<sup>2</sup> Em sua trajetória pelos sertões da Bahia, VON MARTIUS e VON SPIX, deparou-se com situação em que os denominados « fascinosos » constituíam ameaça social. No entanto, esse designação era atribuída a movimentos e levantes sociais contra a ordem escravista existente.

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo (Moraes, 2003, p. 3).

O conceito tratado por Robert Moraes (2003) é significativo para demarcar a constituição dos sertões enquanto um construto social associado a processos históricos, com os quais deve-se lidar no seu processo de significação. Dentre os muitos sertões com os quais a empresa colonizadora tratou em sua expansão do Império português, os sertões da América portuguesa foram constituídos em uma conjuntura em que prevalecia a ideia de um império territorial. Essa conjuntura difere do império marítimo dos primeiros séculos da conquista portuguesa, para o qual os domínios e senhorios sobre portos e rotas de comércio tiveram proeminência na política de gestão do Império português.

Entre os séculos XVII e XVIII a decisão de promover um avanço sobre novas fronteiras, inicialmente, esteve ligada à captura dos indígenas ou de terras para mineração. Essas atividades surgiram como alternativas para as crises financeiras do tesouro real provocadas pelo preço do açúcar e perda do domínio sobre outras rotas mercantis, crise no abastecimento de escravos e as consequências que se abateram sobre o comércio.

Na transição do século XVIII para o XIX, a intensão de ocupar novas fronteiras internas do território adveio da necessidade de expansão e organização da base produtiva com vistas ao reaquecimento do comércio marítimo global. As reformas ilustradas iniciadas no reinado de D. José I, por meio da política comandada por seu ministro o Marquês de Pombal, focaram na necessidade de revigorar a política mercantilista por meio da qual o Império português garantia saúde financeira (Silva, 1998).

Essa política econômica ampliada no reinado Mariano e, por extensão, ao período Joanino, teve como centro de suas preocupações a geração da riqueza por meio da agricultura, como vetor de dinamização do comércio. Essa tendência fisiocrata do mercantilismo, visava aumentar a produção de gêneros tropicais na América portuguesa e outros territórios, como referência para a política de gestão imperial. Com isso, garantia-se o controle do comércio pelos portugueses, ao passo que se proibia o desenvolvimento de manufaturas e comércio entre os habitantes do Brasil.

Para que o incentivo à agricultura fosse efetivo, seria necessário a busca de novas áreas para o desenvolvimento da lavoura e atividades extrativas. Surge, com isso, a necessidade de conhecer e ocupar os sertões. A presença das missões científicas aos sertões da América portuguesa cumpria esse papel de conhecer para dominar as fronteiras sertanejas, incorporando-as ao controle imperial (Brito, 1821).

Na trajetória de conquista e ocupação dos sertões da Capitania da Bahia, inicialmente, o sertão se apresentava enquanto espaço que se opunha ao litoral, a ser incorporado ao controle do Estado imperial português. Esse espaço sofreu processo de regionalização com a sua estruturação produtiva. Sobre esse espaço se sobrepôs o controle político do Estado na constituição de ouvidoria e vilas, instância da governação e hierarquização da vida social (Neves, 2003).

As estruturas da Igreja Católica criaram as freguesias e paróquias, como estratégia de estender sobre elas a ação cristianizadora. Sabe-se que essa ação também servia como instrumento legitimador da ordem social, capaz também de constituir e reforçar as hierarquias e regras de convívio social. O conjunto das relações que se estabeleceram a partir das várias conexões promovidas pelas injunções dessas instituições levaram à territorialização dos espaços, cuja expressão foi a dinâmica de trocas culturais, simbólicas, econômicas, financeiras e sociais produzidas, como os casamentos, compadrio, associação econômica, clientelismo político etc. Na medida em que esse espaço se territorializou, constituindo-se enquanto espaço político integrado ao Estado imperial com a constituição de vilas, empreendeu-se um conjunto de esforços no sentido de seu ordenamento, em oposição a um território sem leis e fronteiras, inculto e bárbaro, acepção tradicionalmente legada tradicionalmente aos sertões (Saquet, 2015).

Ainda no século XVII, a constituição de importantes regiões e pecuária extensiva (Neves, 2011), como áreas acessórias à estrutura produtiva açucareira, margeava os sertões a partir dos vales dos principais rios e seus afluentes. No século XVIII, a mineração consolidou uma importante região econômica nos sertões baianos que se conectam também às áreas pecuaristas e da agricultura, considerando o surgimento de incipiente mercado interno. Sobre essas regiões econômicas surgiram as circunscrições jurídicas, político-administrativas e religiosas a demarcação das freguesias vinculadas ao Arcebispado da Bahia e com a criação da Comarca da Jacobina e as principais vilas (Santos, 2009).

Ao final do século XVIII, com a crise e superação da economia mineradora, o desenvolvimento do comércio interno iniciou-se um processo de territorialização dos sertões. A partir da intensificação de um processo de trocas e dinâmica econômica que promoveu o adensamento das relações e ampliação das conexões socioespaciais da região.

O fenômeno da territorialização dos espaços<sup>3</sup> é, desde muito tempo, objeto de estudos de um campo de conhecimento das Ciências Humanas, que em meados do século XX passou a ser denominado de Geo-história. Ele objetiva o estudo dos espaços em seu viés histórico, já que a relação tempo/espaço é condição para pensar a trajetória da humanidade em seu processo de apropriação dos recursos naturais e produção de cultura. Saquet (2015, p. 164) assim define a territorialização:

A territorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais. Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos centrados em seus agentes sociais. A territorialidade significa cotidianidade, (I) materialidade, no (s) tempo (s), na (s) temporalidade (s) e no (s) território (s), no movimento relacional-processual. A vida cotidiana é produto e condição de reprodução de relações sociais (Saquet (2015, p. 164).

Nessa dimensão relacional e processual, portanto, o espaço (sertão) em uma perspectiva histórica, constituiu uma região (Sertões de Cima) a partir do estabelecimento da mineração, na capitania da Bahia do século XVIII, iniciando um processo de territorialização (Alto Sertão da Bahia, Sertão da Ressaca e Chapada Diamantina) a partir do início do século XIX. Ela foi empreendida por homens em contextos e processos cotidianos de constituição da autonomização de suas relações no espaço/tempo, forjando novas identidades nas relações estabelecidas nessa dinâmica (Silva, 2021).

Isso se observou com o estabelecimento de uma dinâmica produtiva desenvolvida com pecuária, algodão, cultivos alimentares e comércio na apropriação da natureza e produção de novas riquezas. A hierarquização desses espaços a partir de sua inserção na economia

---

<sup>3</sup> Sobre esse tema debateram-se muitos pensadores das ciências humanas, especificamente da geografia, mas também da história. Dentre os mais relevantes, temos os geógrafos Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, Roberto Lobato Corrêa, Robério Haesbart, Marco Aurélio Saquet, Antonio Carlos Robert Moraes, Ariovaldo Oliveira, Claude Raffestin, Elizeu Sposito e Marcelo Souza ou os historiadores Fernand Braudel, Henri Lefebvre. Sociólogos, a exemplo de Pierre Bourdieu ou filósofos, como Gilles Delleuze também colaboraram na discussão da temática, em numerosos textos que não seria possível aqui identificá-los. Ver também: SAQUET, Marcos Aurelio e SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. --1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

mercantil colonial, e o estabelecimento de determinada atividade econômica, sobrepujando outras em importância, como o algodão, que no final do século XVIII foi capaz de produzir grandes fortunas<sup>4</sup>.

Com o esgotamento do ouro na região, a cotonicultura produziu certos níveis de poder e riqueza a partir da ascensão de determinadas categorias sociais como produtores e negociantes. As conexões estabelecidas entre elas, criando e reforçando redes mercantis, familiares, compadrios, sociais e políticas, promoveram uma dinâmica materializada no espaço, dando-lhes uma identidade sociopolítica particular pela cultura produzida nesse território.

### **Regionalização dos sertões da Bahia no século XVIII**

Consolidadas as conquistas dos sertões da Bahia, especialmente as regiões dos vales do Rio São Francisco e seus principais afluentes, além dos Rio de Contas, Rio Paraguaçu e Rio Itapicuru, em finais do século XVII, o desenvolvimento de vetores produtivos promoveram a integração entre essas regiões. Um desses vetores foi, inegavelmente, a pecuária pela extensão e abrangência territorial e pela perenidade, vindo a constituir uma associação que marcou a identidade social da região (Freire, 1998).

O processo de conquistas dos sertões da Bahia proporcionou a regionalização do espaço a partir da dinâmica econômica produzida sobre ele. A organização dos espaços dos sertões a partir de uma diversidade econômica produziu, igualmente, uma multiplicidade de “sertões”. A extensão desse espaço evidenciou regiões, a exemplo da pecuária extensiva produzida nos vales dos principais rios como S. Francisco, Paraguaçu, Itapicuru, cujas localizações estavam entre o leste e o norte desse território. No maciço central, a mineração prevaleceu ao Norte (Vila de Jacobina) e ao Sul (Vila do Rio de Contas). Nos pequenos vales dos afluentes dos rios principais, a policultura, pequenos e médios plantéis de gado *vacum* foram um fator econômico central (Freire, 1998).

A organização e hierarquização desses espaços operou um processo de estruturação de pequenos núcleos urbanos associados a extensões territoriais apropriadas pelos conquistadores

---

<sup>4</sup> Em suas “**Memórias sobre a plantação dos algodões e sua exportação...**” publicadas em 1798, José de Sá Bitencourt nos legou importantes informações e reflexões sobre a constituição da cotonicultura nos sertões da Bahia.



(Ivo, 2012). A constituição de núcleos de povoamento pelos sertões da Bahia criou a necessidade de constituir rotas de conexões destas povoações entre si e de todas com o litoral baiano. Dentre essas rotas de deslocamento, uma das mais relevantes eram os caminhos dos sertões da Bahia ou caminho dos currais – um conjunto articulado de rotas que conectavam o Porto da Vila da Cachoeira, via fluvial que unia sertão a Salvador através do Rio Paraguaçu, com as províncias do sul através da Capitania de Minas Gerais (Neves, 2007).

A organização do território econômico dos sertões da Bahia se deu a partir de sua apropriação política pelas instituições do Império português na Capitania da Bahia. A criação da Comarca da Jacobina em 24 de junho de 1722<sup>5</sup>, juntamente com a instalação da Vila do mesmo nome, sinalizou a necessidade de controle das minas de ouro então estabelecidas.

Em 1754 o Arcebispado da Bahia, decidiu criar freguesias, considerando a necessidade de expandir e consolidar nesses espaços a presença do catolicismo. Com isso, instituíram as freguesias agrupadas da seguinte forma<sup>6</sup>:

1. Freguesias na Cidade da Bahia que contavam 9 no espaço urbano de Salvador e totalizavam 6.752 fogos e 40.263 almas;
2. Freguesias no Recôncavo desta cidade, abrangendo 22 vilas próximas a Salvador, com 8.315 fogos e 62.833 almas;
3. Freguesias das Vilas do Sul que se estendiam por toda a costa sul da Bahia, desde o sul do Recôncavo, incluindo a Vila de Itaparica, até a divisa com a vizinha Capitania do Espírito Santo. Incluía 13 freguesias, com 3.782 fogos e 24.982 almas;
4. Freguesias do Sertão de Baixo totalizando 18, com 4.823 fogos e 38.514 almas;
5. Freguesias do Sertão de Cima, com 16 unidades, 4.870 fogos e 38.550 almas.

A distribuição em freguesias pelo território baiano contribuiu no processo de regionalização do espaço, considerando que elas agrupavam vilas e povoados com territórios contíguos uniformizados pela organização social e econômica aí estabelecida. Os sertões subdivididos em sertões de cima e de baixo constituem a primeira demarcação que sinalizavam regiões geoeconômicas e sócio-históricas muito particulares.

<sup>5</sup> Sobre a criação da Comarca da Jacobina, ver: CONCEIÇÃO, Héliida Santos. Governando a periferia: a criação da comarca da parte do sul da Bahia no Império ultramarino português–Século XVIII. Anais da XII Jornada de Estudos Históricos Professor Manuel Salgado. Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, p. 712-731, 2017.

<sup>6</sup> Publicado em edição fac-similar. CALDAS, José Antônio. Notícia geral de toda a capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759. 2ª ed. Salvador: Memória e Arte, 2017, pp 72-75.

As freguesias dos Sertões de Cima ou Sertão Alto, como aparecem nos registros históricos no século XVIII, são descritas em quadro a seguir, conforme detalhamento de José Antônio Caldas<sup>7</sup> feito em meados do século XVIII.

**Quadro 1** – Freguesias do Sertão de Cima – 1759

<b>Freguesias do Sertão de Cima</b>	<b>Fogos</b>	<b>Almas</b>
1. Santo Antônio do Pambú	973	1.119
2. São João do Jeremoabo	250	1.822
3. Santa Sé (Sento Sé?)	243	2.023
4. Santo Antônio da Vila da Jacobina	287	2.212
5. Santa Crus da Chapada	286	2.117
6. Nossa Senhora da Conceição da Agoa Suja	464	4.132
7. Santo Antônio do Curvelo	348	2.864
8. Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas	286	1.982
9. Santo Antônio da Tocambira	188	1.328
10. Nossa Senhora da Conceição do Morrinhos	217	2.123
11. Santo Antônio do Urubu de Cima	362	3.425
12. São Pedro da Vila do Tanado (Fanado?)	427	4.218
13. Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo	288	1.924
14. Santa Ana do Caitete	143	1.018
15. Santo Antônio do Rio das Contas	663	3.223
16. Santo Antônio da Jacobina	321	3.120
Somaõ os Fogos e Almas das Freguesias do Sertão de Cima	4.870	38.550

Fonte: CALDAS, José Antônio. Notícia geral de toda a capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759, pp. 74-75.

<sup>7</sup> *Op. Cit.* p. 74-75.



Os registros do quadro acima revelam uma população ainda rarefeita distribuída por amplo espaço de feições rurais, com exceção das Vilas de Santo Antônio da Jacobina e Rio de Contas, cuja atividade principal era a mineração de ouro. Em uma região onde os contatos eram relativamente escassos – salvo nas áreas com exploração de lavas de ouro, onde a concentração humana se intensificava mais – o isolamento social prevalecia.

Em fazendas localizadas remotamente, onde as estradas e possibilidades de conexões eram precárias, seria estratégico a autonomia produtiva desses núcleos primários onde em torno de uma família patriarcal se associavam escravos, meeiros, sitiantes ligados por laços de afeição, dependência ou compadrio. Por isso, a policultura teve papel central na consolidação desses núcleos e as práticas religiosas devocionais ainda precárias mantinham o tênue laço que garantiam a sobrevivência do pequeno coletivo (Neves, 2003).

Nas *Memórias Históricas e Políticas da Bahia, volume IV*, escritas pelo Coronel Accioli e compiladas por Braz do Amaral<sup>8</sup>, há um registro sobre as freguesias da Bahia. Esses registros se referem à orientação do Conselho Ultramarino ao governador D. Fernando José de Portugal para que se desse a exata informação dos emolumentos exigidos pelos párocos das diversas paróquias da Bahia e do rendimento proporcionado pelas paróquias à diocese. Tal procedimento foi incumbido pelo governador a Antônio Borges Leal, secretário da câmara eclesiástica, enviado em 1798. Dentre as rendas anotadas, estavam as côngruas<sup>9</sup>, conhecenças,<sup>10</sup> as ofertas de batismos,<sup>11</sup> as encomendações, enterros e ofícios de defuntos.<sup>12</sup> O registro sobre as freguesias do Sertão Alto ou de Cima apresentavam somas significativas de arrecadação em comparação com outras freguesias do Bispado da Bahia, como se observa a seguir:

#### Sertão alto, ou de cima

Neste as freguezias tem a extensão de 20, 30, 40, e mais legoas, e entre ellas nas duas do Rio Pardo, e Caitité costumão pagar ao pároco a cabeça do casal na matriz 320 rs., e o solteiro 160 rs., e indo o pároco fóra a desobrigar, pagão os primeiros

<sup>8</sup> SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia* (v.4). Bahia: Typ. do Correio Mercantil / Typographia Poggetti. 1852.

<sup>9</sup> Contribuições dos paroquianos aos párocos de uma freguesia, para a sua manutenção no lugar.

<sup>10</sup> Concedidas por cada cabeça do casal que pagaria quatro vinténs e cada solteiro, dois vinténs. Por cada confissão, cobrava-se um vintém. AMARAL, B. *Op. Cit.*, p. 82-83.

<sup>11</sup> Ofertava-se por regra, uma moeda de prata ou ouro sem determinação de valor. Com isso, os montantes variavam entre 160 réis a 12.800 réis. AMARAL, B. *Idem*. p. 82-83.

<sup>12</sup> Pagava-se normalmente 2.000 réis por cada missa solene de corpo presente. AMARAL, B. *Ibidem*, p. 82-83.

640 rs., e os últimos 320 rs. Nas outras freguezias que restão, pagão todos na matriz 160 rs. , e fóra 320 rs., ou também 150 rs. na matriz , e capellas, e 300 rs. fóra; de estola nas encommendações de defuntos 2\$ rs. [...]

9a. A freguezia de Santa Anna do Caitité, renderá, além de 200\$ rs. que paga a real fazenda, e por isso não dão a esta igreja os 25 \$ rs. de guizamento, 600\$.

Os eventuais e efêmeros contatos com os povoados e vilarejos para atividades religiosas como batizados, casamentos e festejos de santos ou eventuais recursos aos precários organismos, ou agentes do Estado, não eram suficientes para o fortalecimento de uma dinâmica relacional territorial mais profunda. A seguir, vê-se em representação cartográfica os principais caminhos que uniam as vilas e povoados dos sertões da Bahia, integrando-os ao litoral e outras capitânicas vizinhas.

Por este caminho, conforme se observa no mapa (figura 1), estabeleceu-se um intenso comércio de produtos que, desde o século XVIII, proporcionou a sobrevivência das sociedades sertanejas das várias capitânicas cujos territórios se estendiam ao planalto central. Santos (2013) apresentou essa conexão entre Minas e Bahia, por meio dos caminhos do sertão da Bahia.

Após deixar Matias Cardoso, as principais estradas trilhadas para se chegar ao porto de Salvador passavam por Malhada e pelo rio Verde - também dois importantes registros fiscais durante o período colonial (Chaves, 1999). Ambos os caminhos, no entanto, se encontravam em Caetité, seguindo seja por tranqueiras, seja por Rio de Contas, até a vila de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Daquele ponto em diante o trajeto poderia ser todo feito por pequenas embarcações, que conduziam os viajantes até o porto de Salvador (Santos, 2013, p. 75).

O registro dos caminhos dos sertões para Minas bifurcados, mas convergentes a partir da Vila de Caetité atesta a relevância que esse território adquiriu no comércio interno colonial. A figura 1 apresenta essa rota de conexão territorial.

Figura 1 - Caminhos do Sertão da Bahia



Fonte: Open Street Map, Mapa de autoria de Rafael Straforini, produzido por Fernando Bezerra, base cartográfica IBGE (2005), outras referências: Antonil (2001); Erivaldo Fagundes e Antonieta Miguel (2007) e Marcio Santos (2001), constante da tese *Tramas que brilham: Sistema de circulação e a produção do território*, adaptado por Alex Martins (2021).

As principais conexões que uniam os sertões da Bahia ao litoral e, por meio deles, uma economia pautada no comércio interno que se conectava com os eixos de exportação operou por muito tempo, garantindo a sobrevivência de sociedades sertanejas. No entanto, internamente, havia fronteiras em disputas desde o início do século XVIII entre as capitânicas da Bahia e Minas Gerais. Ao longo deste século ocorreram vários episódios de grandes acirramentos nesta disputa, considerando as rendas fiscais dos caminhos da Bahia e as

tributações referentes ao ouro da vila de Minas Novas do Arassuaí, pertencente à Capitania da Bahia até o ano de 1737<sup>13</sup>.

No entanto, o início do século XIX trouxe nova conjuntura que impactou consideravelmente os contornos do Império português na América, com a transferência da Coroa portuguesa e sua corte para os solos americanos. Criou-se, com isso, um novo centro político e uma nova configuração imperial que alterou a dinâmica econômica das várias capitanias aqui existentes, inclusive a Bahia e seus sertões.

Nessa nova dinâmica da economia política do império, a economia algodoeira que teve lugar destacado no Alto sertão da Bahia. Na antiga Vila de Rio de Contas, criada no início do século XVIII com a exploração das minas de ouro, os arraiais localizados ao sul, a exemplo de Santana do Caetité e Santo Antonio da Barra, que não viviam dessa riqueza, puderam desenvolver-se com a cotonicultura, constituindo importante categoria de produtores que, enriquecidos, reivindicaram a criação de nova vila, enquanto espaço político de atuação, como desenvolvemos a seguir.

### **A Vila Nova do Príncipe (Vila de Caetité) e a territorialização do Alto sertão no século XIX**

A constituição da Vila Nova do Príncipe e Santana de Caitete, em 1810, desmembrada do termo da Vila do Rio de Contas, é decorrente do processo de territorialização que resultara da inserção dos sertões da Bahia na dinâmica do comércio interno colonial, especialmente com o desenvolvimento da economia algodoeira. Ao se reunirem e cotizarem para bancar a emancipação da vila, esses proprietários e negociantes, estabelecidos no Arraial de Caetité, feito freguesia em 1754, fizeram uma demonstração de força no enfrentamento com os poderes estabelecidos naquela vila, que se estendiam aos poderes centrais (ouvidoria, capitania). Essas categorias (proprietários e negociantes) estavam em ascensão em razão da economia voltada para o comércio interno (produção de alimentos) e para a exportação de gado *vacum* e algodão.

---

<sup>13</sup> Para maiores detalhamentos desta disputa, ver a tese de Héliida Santos Conceição O sertão e o império: As vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750). *Op. Cit.*

Localizada estrategicamente em uma das rotas mais importantes desse comércio, que unia as capitâneas do Norte às suas congêneres ao Sul por meio dos caminhos do sertão da Bahia, os seus habitantes puderam participar dessa crescente circulação de mercadorias, intensificadas ao final do século XVIII e início do XIX. Por isso, a sociedade forjada na dinâmica mercantil foi capaz de assumir os conflitos pela emancipação. Em requisição feita ao Conselho Ultramarino ao final do século XVIII, sinalizavam essa emancipação, argumentando pela necessidade da ordenação social proporcionada pela presença das instituições públicas que ocupassem o vácuo de poder existente.

Dizem os moradores do Arraial e Freguesia de Santa Anna do Caetete abaixo assinados, que sendo a situação e limites daquele Arraial o termo mais próprio para plantação de algodões e criação de gados vacuns e cavalaes, que por isso presentemente abunda em um avultado giro de negócio, com uma indizível importação de fazendas europeias, e exportação de gêneros próprios do país: acontece o serem eles suplicantes vexados e oprimidos pelos vadios e facinorosos que infestam os fins daqueles contornos, sem temor da justiça pela longidade com que ela fica (...) Vila do Rio de Contas em distância de cinquenta a sessenta léguas, conforme o lugar em que foi perpetrado os delitos e desse arraial, vinte e duas léguas, e esta não dar providências necessárias sobre estes delitos, em atenção ao que para viverem seguros em uma profunda paz requereram com a Carta Régia que juntam por certidão ao doutor Corregedor da Comarca para vce mandar criar vila por estarem os suplicantes nos termos do genuíno e literal espírito da mesma Carta Régia, o qual senão (...) recorre imediatamente a Vossa Excelência a quem como o compete autoridade a fim pela (...) validade da dita carta expedida ao ilustríssimo Conde de Azambuja, e um dos antecessores de agosto de mil setecentos e noventa e nove.<sup>14</sup>

As queixas constantes pelo desamparo da Justiça, dos riscos que corriam com os “facinorosos” que, sendo salteadores dos caminhos e sítios do território, ameaçavam a economia, quer seja produtores ou dos negociantes e tropeiros que circulavam com seus produtos, “imploram os suplicantes, vem a resultar a Real Fazenda grandes interesses pelo giro do comércio e a não conseguirem a mercê que imploram ele servirá a diminuir por não poderem tolerar contínuos delitos, que pelas longitudes das justiças ficam impunes”.

Além dessas razões alegadas, “Os miseráveis órfãos e suas mães vem a conseguir um grande benefício na criação da vila porque tem mais perto quem lhes arranjam os seus interesses, sem os vir mendigarem distância avultada com despesas intoleráveis”<sup>15</sup>. Dentre as despesas mais demarcadas pela população que suplicava pela criação da nova vila estavam o fato de

<sup>14</sup> APMC, *Op.cit.* fl. 8.

<sup>15</sup> APMC, *Op.cit.*.

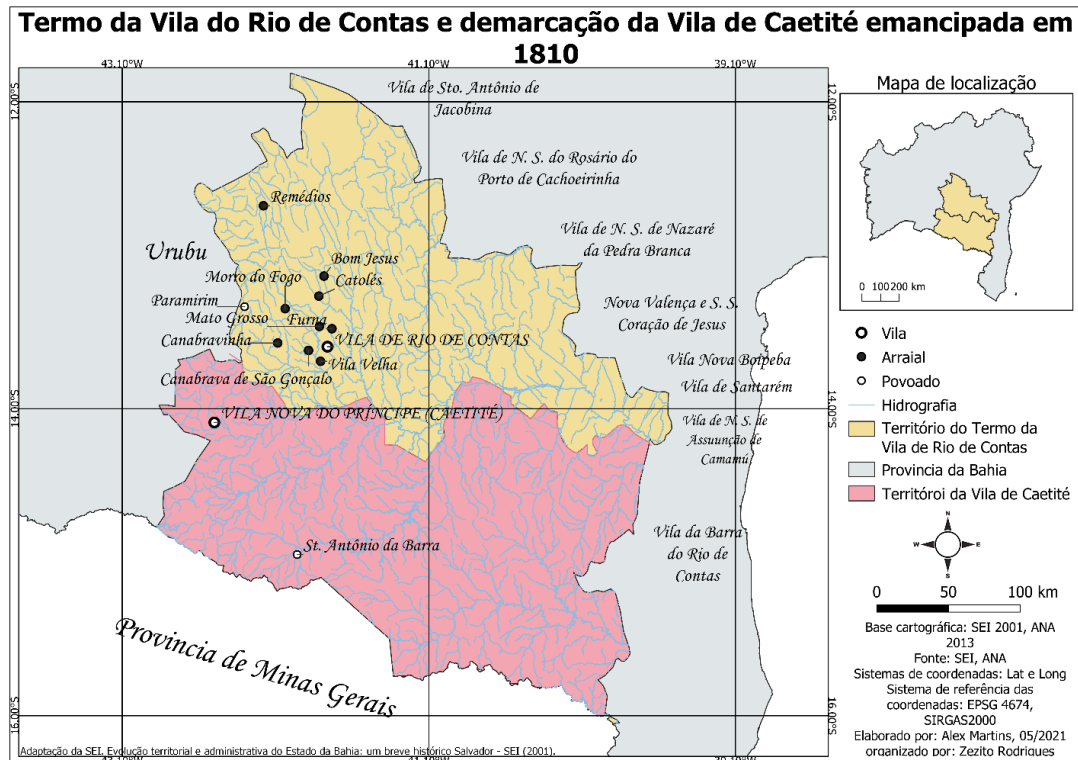
“pagarem excessivas custas pelo Regimento de Minas, sendo eles habitantes no sertão, devendo tão somente pagarem a metade, segundo as leis e Regimento de sua Majestade”.

Instituído em 19 de abril de 1702, o Regimento do Superintendente Guarda Mores e Oficiais para as Minas de Ouro determinava a criação da Superintendência das Minas e nomeava o Oficial Provedor que teria autoridade a toda a jurisdição ordinária cível e criminal no termo demarcado como área de mineração. As populações ali residentes pagavam imposto específico com o dobro de valor pago por habitantes de outros territórios.

A população do Arraial de Caiteté estava sujeita a essa legislação por integrarem o termo da Vila de Rio de Contas, criada em razão da exploração aurífera no início do século XVIII. Mesmo não vivendo de atividade mineradora, a sua população era submetida às suas determinações, inclusive na taxaço por recorrerem aos serviços de Justiça daquela vila, “e por isso, muitas vezes se esgotam as suas legítimas, sem os corregedores da Comarca lhe poder dar remédio pela longitude do Arraial que habitam os suplicantes é o mais rico e fértil daquele continente” (APMC, 1810, fl. 13).

O termo da nova Vila, com extensão de cerca de 52.000 km<sup>2</sup>, como se observa no mapa a seguir, tinha baixa urbanização, considerando que ali se vivia da produção rural em atividade de policultura, criação de animais e comércio. O Arraial de Caetité, até então, um dos poucos núcleos urbanos de tão vasto território, ainda vivia em precária condição “em ajuntamento de povoação, e há mais de cem casas de telha (...) e cujas justiças os suplicantes por princípio algum querem estar sujeitos, por estas magnas lhes fazem torturas e injustiças indizíveis”. A inserção da Vila promoveu impacto significativo no espaço urbano com sua ampliação a partir da atração de novos moradores e dos serviços de justiça que passam a oferecer a quantos a ele recorriam (Silva, 2021).

**Figura 2** – Termo da Vila do Rio de Contas e demarcação da Vila de Caetité, emancipada em 1810



Fonte: Adaptação da SEI. Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico, Salvador - SEI (2001).

A nova vila era composta pelos arraiais/ distritos de Santana do Caitete, Canabrava dos Caires, Canabrava de Vicente Ferreira, Umburanas, Gentio, Santo Antonio da Barra, Conquista, Jacaré (Arressaca), Bom Jesus dos Meiras, Campo Seco<sup>16</sup>, Almas, Duas Barras, Santa Bárbara, Rio Pardo, Barroco. Estes, servidos pelas Companhias de Milícias integradas pelos “principais da terra”, com um corpo de oficiais composto de um capitão de companhia, um sargento e um alferes e integravam a Ordenança da Vila de Caetité em cuja sede abrigava, além da companhia e seus oficiais como os demais distritos, um corpo de oficiais superiores compostos pelo Capitão-Mór e o Sargento-Mór e alguns ajudantes de ordens. Estes arraiais/ distritos também dispunham de oficiais que integravam o Conselho da vila e representavam a dimensão jurídico-política desta, composto por um juiz de vintena e seu escrivão, a quem

<sup>16</sup> Em clássico estudo sobre uma fazenda do sertão, Lycurgo Santos Filho produziu a obra: Uma comunidade rural do Brasil Antigo, onde detalha a estrutura produtiva desta fazenda denominada Brejo do Campo Seco.



cabia a resolução de pequenas causas ou encaminhamento para o conselho da câmara as questões de maior monta (Silva, 2021).

A disponibilização dos aparelhos de Justiça intensificou as atividades sociais nesse núcleo urbano pelos “motivos e a terem mais perto os povos, quem lhe administrem a Justiça é que a sua Majestade pela lei novíssima estabeleceu no Reino de Portugal a divisão e desmembração das Comarcas, e vilas de grandes distâncias, criando outras para a melhor comodidade dos seus povos”<sup>17</sup>.

Por isso, os moradores reafirmavam, especialmente no Senado da Câmara, que havia situações que precisavam recorrer a outras instâncias, quando necessário, pois

O povo tem satisfeito as condições a que se sujeitou; Ele satisfaz as despesas da criação da vila e está pronto a fazer a cadeia e Casa de Câmara a sua custa, como prometeu, e há de tudo importar em mais de 14 mil cruzados. Nós estamos arrecadando o direito do novo imposto da carne verde, do selo do papel, das heranças, legados, sisas, meia sisa, e décima dos prédios urbanos, e tudo sem opressão do povo, nem prejuízo de V. A. R. Aqueles fundamentos que moveu ao povo a se sujeitar a tão avultada despesa, ainda subsistem: a vila está criada e titulada com o sempre Augusto e Respeitável nome de Vila Nova do Príncipe que é o que basta para com especialidade V. A. R. a tomar debaixo da proteção, o que pomos em nome do povo, rogamos humildemente que por efeitos da inseparável benigna e real clemência de V. A. R., se digne confirmar a criação desta vila, com todos os limites na mesma vila aquele terreno do termo do Urubu que os seus habitantes requereram a desmembração, e juntamente mandar que a divisão dela, com a Vila do Bonsucesso de Minas Novas, fique sendo pelo veio d'água do Rio Pardo, por ser a antiga extrema daquela vila com a do Rio das Contas, da qual esta [Vila nova] do Príncipe foi desmembrada.<sup>18</sup>

A partir da sua inserção, a vila dinamizou as atividades urbanas, especialmente o comércio feito a partir de casas comerciais de produtos importados dos principais centros (Salvador e Rio de Janeiro), em proporções aos níveis de riquezas aí produzidas e exportadas. A vila significava também a instituição de um espaço público da *Urbs*, que visava proporcionar uma nova experiência de coletividade e o exercício da *res publica* enquanto lócus do exercício político que interessava ao *ethos* do Império em sua apropriação das distantes terras dos sertões. Por isso, logo a implantar a vila se estabeleceu

A meia légua de terra para o povo morar, e servir-se das lenhas, pagando seiscentos e quarenta e seis por cada braça e que finalmente por exercício das liberalidades de V.

<sup>17</sup> APMC, *Op.cit.* fl. 8.

<sup>18</sup> APMC, *Op.cit.* fl. 9.

A. Real, nos confira a nós, e aos nossos sucessores algum privilégio de honra e nobreza, por evitar aqueles impropérios com que de ordinário se trata aos que servem nas Câmaras desta Comarca.<sup>19</sup>

Essa organização da produção expressava, no território, uma expansão de novos ajuntamentos urbanos, com o surgimento de novos arraiais que, logo, almejavam também sua emancipação. No entanto, como orienta Saquet (2015, 164);

As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a desterritorialidade e as novas territorialidades, num único movimento, complexo e heterogêneo. Por isso, é necessário contextualizar esses processos em cada movimento, período e lugar, num constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização, como demonstrei em Saquet (2003 [2011]) ou, de des-re-territorialização como afirma Hasbaert (1997), ou ainda, no processo de territorialização, desterritorialização, reterritorialização como argumentaram Raffestin (1984 e 1986) e Deleuze e Guatari (1976 [1972]).

Essa região do Centro-Sul da Bahia, outrora conhecido lato sensu como “sertões de cima”, ou sertão alto, ou ainda sertões da Bahia, iniciou no princípio do século XIX a constituição de territórios, cuja referência para essa territorialização seria a de teia de relações mercantis, políticas, familiares, sociais que aí se constituíram. Da antiga região, desmembrada da Vila de Jacobina para constituir a Vila do Rio de Contas, no início do século XVIII (1725), desmembraram-se a Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima (1745), Vila de Caetité no início do século XIX (1810).

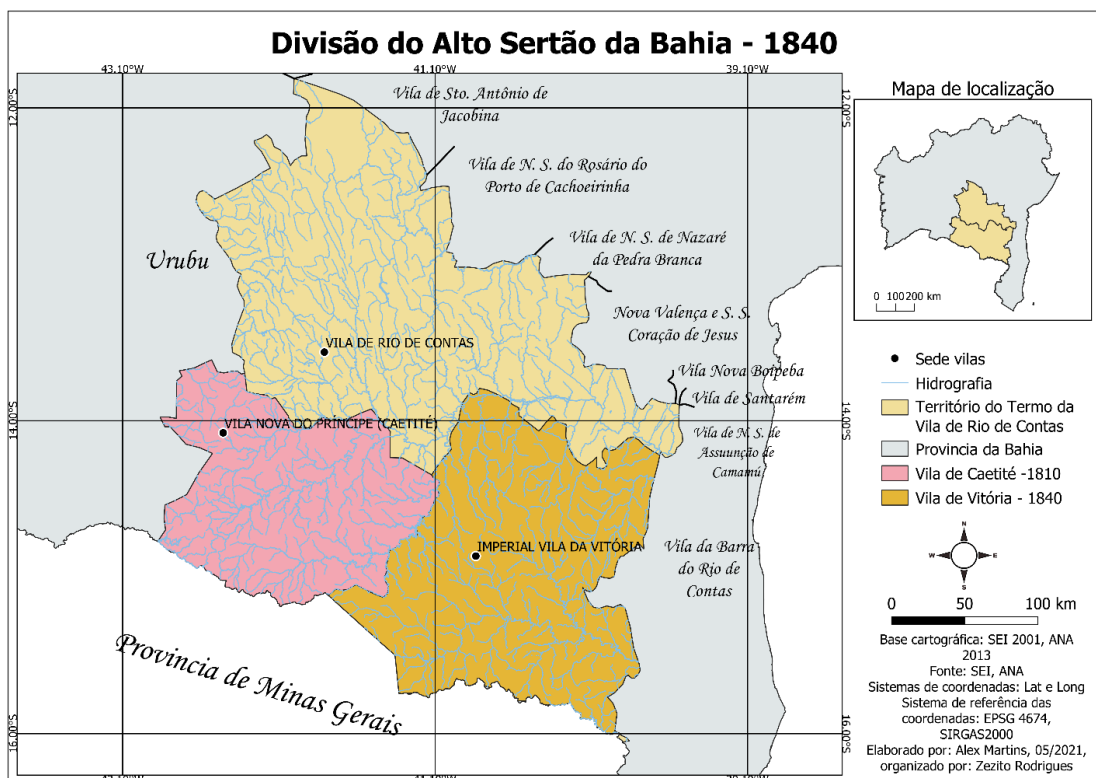
O estabelecimento desta vila no sertão exigiu, contudo, que se ampliasse suas conexões com outras partes do litoral por meio de novas estradas. No início do século XIX, um novo caminho iniciou-se desde as Vilas de Camamu e Ilhéus com destino às minas de salitre de Monte Alto. Sua execução, contudo, foi realizada até o arraial da Conquista, que dinamizou sua economia a partir dessa conexão. Em 1840, em novo processo de reconfiguração territorial da Vila de Caetité, resultado de sua expansão e (re) territorialização, a porção leste de seu território, o sertão da ressaca, emancipou-se em processo parecido com o da sua criação, vindo a constituir a Imperial Vila da Vitória, tendo por limite o Rio Gavião. A seguir, pode-se observar os resultados dessa reterritorialização do Alto Sertão da Bahia, como resultado do desmembramento do Sertão da Ressaca que tinha na Vila da Vitória seu centro político.

---

<sup>19</sup>APMC, *Op.cit.* fl. 10.

A partir da Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima, emancipada em 1745, e de seus desdobramentos territoriais, constituiu-se o território do Médio São Francisco. Este território integrou mais tarde a Comarca do São Francisco (que pertenceu à Capitania de Pernambuco até 1834), tendo a Vila da Barra como cabeça desta Comarca. Esse imenso território ampliou-se mais ainda após integração do território do Oeste da Bahia. Por volta de 1834, esse território se expandiu, estendendo-se desde a Vila de São José da Carinhanha – limites da Bahia com Minas - até a Vila do Juazeiro, integrando a nova comarca do S. Francisco. A sua porção sudoeste, limitante com a Vila de Caetité, a exemplo das Vilas de Macaúbas e Monte Alto, integraram mais tarde o território do Alto Sertão da Bahia, conforme detalhamento a seguir.

**Figura 3 – Desdobramentos territoriais – Emancipação da Imperial Vila da Vitória (1840)**



Fonte: Adaptação da SEI. Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico, Salvador, SEI, (2001)

Essa fragmentação territorial foi motivada pela divisão das antigas fazendas entre os seus descendentes, considerando que as famílias eram numerosas e se constituíam em base social dessa região. Junto como termo da Vila de Caetité, outra vila foi criada em 1840, cujo termo também integrou o território do Alto Sertão da Bahia: a Vila de Monte Alto, emancipada da **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 33, jul. - dez. 2023** ISSN: 1982 -193X



Vila de Macaúbas (criada em 1818), ambas desmembradas da antiga Vila do Urubu de Cima (fundada em 1745). Com isso, percebe-se que a dinâmica econômica dessas duas vilas, as ligações entre as famílias aí residentes, as ligações políticas em nível regional e as trajetórias construíram uma coesão identitária nesse território.

Com isso, essas quatro vilas deram origem a territórios, que desde o século XIX ainda são referência para a vida social dessa região baiana. A Vila do Rio de Contas, após a divisão ocorrida no início do século XIX, viu o surgimento, na década de 1840 da mineração de diamantes, em vilas como Lençóis, Andaraí e Mucugê. Com isso, uma nova dinâmica econômica foi produzida e se traduziu em uma categoria política de mineradores. Assim, um novo território emergiu na região central da Capitania da Bahia, a Chapada Diamantina, uma importante referência na identidade política da Bahia.

Da Vila de Caetité, emancipada em 1810, constituiu a matriz do território Alto Sertão da Bahia, que foi (re) territorializado pela sua divisão, proporcionando a emergência da Imperial Vila da Vitória. Esse território, conhecido também como Sertão da Serra Geral, deu origem ao atual território de identidade do Sertão Produtivo, e viveu uma trajetória particular de minifundiarização (Neves, 1998). Sua organização deveu-se à presença de pequenos proprietários, sitiantes, meeiros, arrendatários que se dedicavam a uma economia baseada na policultura de gêneros de consumo interno associada ao cultivo do algodão e da pecuária.

A partir da segunda metade do século XIX e século XX, outras vilas se emanciparam desse território, em seu processo de expansão. As vilas de Bom Jesus dos Meiras (Brumado), Santo Antônio da Barra (Condeúba), dentre outras emancipadas da Vila de Caetité na década de 1860<sup>20</sup>. Já no século XIX, surgem os municípios de Caculé, Urandi, Jacaraci e Igaporã, emancipadas no século XX, seguiram suas trajetórias mais não romperam a coesão territorial que as conceberam.

A emancipação da Imperial Vila da Vitória, em 1840, cujo termo seria mais da metade do termo da antiga Vila de Caetité, constituiu o território do Sertão da Ressaca, composto pelo planalto da Conquista e regiões de transição para a Zona da Mata Baiana. Esse território, que ao longo do século XIX teve pouca perspectiva de expansão e dinamização territorial, no

---

<sup>20</sup> Para maiores informações, consultar: CAETITÉ. **Municípios emancipados de Caetité**: Mapa da Vila Nova do Príncipe e Santana de Cayteté – 1810. 2020. Disponível em: <https://www.guiadoturista.net/america-do-sul/brasil/bahia/caetite>. Acesso em: 04. set. 2023.

século XX foi fortemente impactado pelo advento das rodovias Lapa / Itabuna e pela BR-116 (Rio-Bahia), que o transformou profundamente, passando a compor o maior centro político da região sudoeste da Bahia. Atualmente, sua principal cidade, Vitória da Conquista, é a terceira maior cidade da Bahia.

No ano de 2007, com o desafio de desenvolver políticas públicas nos campos da cultura e do desenvolvimento agrário, os respectivos ministérios pautaram a questão dos territórios de identidade como referenciais para o planejamento das ações de políticas públicas, visando dar maior abrangência a setores populares do país. Na Bahia, a Secretaria de Cultura e o Governo do Estado também adotaram esse referencial. Com isso, a gestão pública passou a ser pautada pelas identidades territoriais em substituição às antigas regiões administrativas que pouco consideravam no atendimento às populações sertanejas.

Nesse sentido, os territórios de identidade provocaram uma mobilização popular no resgate das identidades locais e territoriais, tendo a cultura e a identidade como balizas para a constituição de cidadania com base na autoafirmação identitária. Ou seja, o advento de uma cidadania cultural como condição para a cidadania política. Com isso, houve um fortalecimento das comunidades remanescentes de quilombos, comunidades indígenas e sertanejas na busca de políticas de proteção e fortalecimento de seus direitos, ações de reparação históricas e, para isso, foi necessário construir uma pauta de ações de resgates de suas memórias.

Essa pauta considera,

O território como expressão política organizada de espaços locais, regionais, estaduais, nacionais; a cultura como sistema de significados; a identidade como espírito essencial, básico e estruturante do território e a territorialidade como ação desses espaços na gestão de seu próprio desenvolvimento, ajudam a inovar na concepção de políticas públicas e são importantes se queremos compreender de onde surgem tais conceitos, quais os motores que impulsionam sua construção e motivam à ação<sup>21</sup>.

Após anos de esquecimentos, as comunidades populares desses sertões foram provocadas a se apresentarem e, com isso, assegurar um lugar na perspectiva de uma cidadania proativa, engajada, consciente. O território passou a constituir, portanto, em *locus* da atuação dos

<sup>21</sup> Os estudos sobre os territórios de identidade da Bahia podem ser consultados em: PERAFAN, Mireya E. Valencia & OLIVEIRA, Humberto. **Território e Identidade**. Coleção Políticas e Gestão Culturais. SECULT, 2013.

sujeitos que se reconhecem a ele pertencentes e, este, como um imenso repertório de experiências sociais e históricas que se acumulam em memórias e tradições a serem compartilhados e reatualizados.

Esse território a que nos referimos objetivamente tem demarcações espaciais a leste, com o Sertão da Ressaca, a partir do vale do Rio Gavião; ao norte, com a porção sul da Chapada Diamantina; a Oeste, com o vale do Rio São Francisco e ao sul, com a fronteira mineira.

### Considerações finais

Uma certa tradição historiográfica que ao se referir ao território do Alto Sertão da Bahia o percebia enquanto “região imaginária” (Estrela, 2003, p. 13). Ou ainda descrita apenas enquanto “uma região localizada entre o Sudoeste da Bahia e a Chapada Diamantina”, como apresentados nas pesquisas recentes.<sup>22</sup> Ao contrário, entende-se aqui o Alto Sertão da Bahia enquanto espaço marcado por uma dimensão relacional que constituiu um território estabelecido historicamente.

Esse território, em sua dinâmica relacional, passou por um processo de (re) configurações, mas manteve uma identidade social forjada pelo pertencimento aos processos históricos comuns. A teia de relações mercantis, sociais, familiares, afetivas, políticas e culturais lá estabelecidas, o tornou composto naturalmente por um “arquipélago de espaços” diversos, já que não há nem haveria qualquer homogeneidade em experiências de diversidade social materializada no espaço, está balizado pela alteridade dos demais territórios que dele se avizinha.

### Referências

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

---

<sup>22</sup> As pesquisas desenvolvidas por Neves (1998, 2005), (Pires, 2003, 2009), Santos (2001, 2010, 2014) Aguiar (2011, 2019), Ribeiro (2012), Ramos (2016) Nogueira (2015, 2016) Miranda (2018), ambos estudos acerca da historiografia dos sertões, demarcam o território do Alto Sertão da Bahia sem, contudo, propor uma problematização para a formação e constituição desse território.



- ACCIOLI-AMARAL. **Memórias históricas e políticas da Província da Bahia do Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva**. Anotador Dr. Braz do Amaral. 6 vols. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, vol. 03, 1919-40, pp. 221-222;
- BITENCOURT, José de Sá, “**Memórias sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandioca no termo de Camamu, Comarca de Ilhéus, Bahia apresentada e oferecida ao Príncipe do Brasil**”. Lisboa: oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.
- BRITO, João Rodrigues. **Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e o comércio da Bahia**, pelo desembargador João Rodrigues de Brito, Deputado das Cortes; e outros. Lisboa: na Imprensa Nacional, 1821.
- FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brazil**. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Edição fac-simile. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.
- IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.**
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Currealeiro, crioulo, peduro: A pecuária como fator da formação socioeconômico do semiárido. *In*: NEVES, (Org.). **Sertões da Bahia - Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural**. Salvador: Editora Arcádia, 2011.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2006.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. Salvador: Editora da UFBA; Feira de Santana, BA: UEFS, 1998.
- NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (org.). **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Editora Arcaria, 2007.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia-História e Sociedade**, v. 3, n. 1, 2003.
- PERAFAN, Mireya E. Valencia & OLIVEIRA, Humberto. **Território e Identidade**. Coleção Políticas e Gestão Culturais. SECULT, 2013.
- SANTOS FILHO (Lycurgo). — **Uma comunidade rural do Brasil Antigo**. Edição ilustrada. Volume 9 da Coleção "Brasiliana". Série Grande Formato. Cia. São Paulo: Editora Nacional. 1956. p. 254.



- SANTOS, Márcio. **Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuária de 1688 a 1734.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Raphael Freitas. **Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista.** 2013.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 4. ed. - São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. **O Modelo Espacial do Estado Moderno – Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime.** Lisboa: Editora Estampa, 1998. (Coleção Histórias de Portugal, V. 40).
- SILVA, Zezito Rodrigues da. **Uma vila na periferia do Império: Sociedade, Território e Poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna de Caitete, 1810-1821).** Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense – UFF: Niterói, 2021.
- VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, n. 19, p. 225-245, 2019.
- VON MARTIUS. Carl Friedrich Philipp.; VON SPIX, Johann Baptist. **Através da Bahia** (Excerptos da obra *Reise in Brasilien*) - Traduzidos ao português pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

Recebido em 2023-10-10

Aprovado em 2023-12-04

Publicado em 2023- 12 -30